



DENSIDADE URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: O CASO DAS CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE DO BRASIL

Gracielly Portela da Silva ¹

RESUMO

O Estudo da densidade urbana constitui uma importante análise para a compreensão da organização espacial das cidades. Especialmente quando o aspecto demográfico é um dos condicionantes no crescimento físico das cidades. Nesse modo, essa pesquisa tem como objetivo geral discutir a densidade urbana como um indicativo ao melhor desenvolvimento das cidades, tendo como foco de análises as cidades médias do Nordeste brasileiro. Para tanto foi realizado pesquisas em bibliografia especializada na temática e consulta nos censos demográficos e base de dados do IBGE. Como resultado evidenciou a importância das cidades médias como espaços privilegiados pela oferta de serviços qualificados e bem-estar, razão esta que tem promovido um maior crescimento do PIB do que outras cidades do Brasil.

Palavras-chave: Cidades médias, Densidade urbana, População, Organização espacial.

RESUMEN

El estudio de la densidad urbana es un análisis importante para la comprensión de la organización espacial de las ciudades. Especialmente cuando el aspecto demográfico es una de las limitaciones al crecimiento físico de las ciudades. De esta manera, esta investigación tiene como objetivo general discutir la densidad urbana como indicador del mejor desarrollo de las ciudades, enfocándose en el análisis de ciudades de tamaño medio en el Nordeste brasileño. Para ello, se realizó una investigación en bibliografía especializada sobre el tema y la consulta en los censos demográficos y la base de datos del IBGE. Como resultado, destacó la importancia de las ciudades medianas como espacios privilegiados para la prestación de servicios calificados y el bienestar, razón que ha promovido un mayor crecimiento del PIB que otras ciudades de Brasil.

Palabras clave: Ciudades medianas, Densidad urbana, Población, Organización espacial.

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília - UnB, graciellyportela@hotmail.com;



INTRODUÇÃO

O Estudo da densidade urbana constitui uma importante análise para a compreensão da organização espacial das cidades. Especialmente quando o aspecto demográfico é um dos condicionantes no crescimento físico das cidades. No Brasil, o ritmo diferenciado da urbanização gerou um crescimento urbano disperso e ineficiente que tem promovido o agravamento socioeconômico e ambiental das cidades. Uma vez que, a dispersão urbana promove cidades cada vez mais dispendiosas de altos investimentos em infraestrutura. Na geografia esse tema é tratado a partir do debate dos processos espaciais que atuam na organização das cidades geradas pela estrutura socioeconômica.

Nesse modo, essa pesquisa tem como objetivo geral discutir a densidade urbana como um indicativo ao melhor desenvolvimento das cidades, tendo como foco de análises as cidades médias do Nordeste brasileiro. As cidades médias aqui tratadas são aquelas que se encontram no critério demográfico de 75 a 700 mil habitantes, e o conceito de densidade urbana diz a respeito ao número de habitantes por km².

Justifica-se a importância do estudo da densidade urbana para o desenvolvimento das cidades médias, em vista que, nas últimas décadas esse grupo de cidades tem recebido grande destaque para o desenvolvimento urbano-regional e, com isso, tem sido alvo constante de migrações e investimento em infraestrutura e de atividades econômicas.

METODOLOGIA

No que tange aos procedimentos metodológicos essa pesquisa perpassa primordialmente pelo caráter bibliográfico acerca das discussões sobre a densidade urbana para o desenvolvimento das cidades, tendo como foco de análise as cidades médias da região Nordeste do Brasil.

No aspecto técnico da pesquisa, fez-se uso da base de dados e cartográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em formato *shapefile*, juntamente com os dados dos Censos Demográficos.

A delimitação do conceito de cidade média está respaldada pelo critério demográfico estabelecido para cidades com população entre 75 a 700 mil habitantes.



São cidades, além do patamar demográfico, apresentam um relativo grau de avanço de sua economia e infraestrutura, bem como estabelecem em torno de si um entorno formado por centros urbanos que sofrem a sua influência direta.

REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões sobre os processos de urbanização que acarretaram o crescimento físico e populacional das cidades têm suscitado, ao um longo tempo, diversos questionamentos e estudos de diferentes profissionais, como urbanistas, geógrafos, demógrafos, planejadores urbanos e dentre outros. Nessa perspectiva, o estudo da densidade urbana integra uma importante análise nesses debates sobre o planejamento e desenvolvimento sustentável das cidades, bem como de uma melhor qualidade de vida e participação socioeconômica da população.

Conforme Berghauser Pont e Haupt (2009), antes do século XX o uso da densidade urbana foi usado apenas como resultado do processo de planejamento das cidades, portanto, técnicas de construção, restrições, exigências de lucratividade econômica eram imprescindíveis nas determinações das densidades. Atualmente, com o entendimento da relevância da qualidade espacial, do aumento voraz do consumo de espaço e dos fatores socioeconômicos e ambientais, direcionam o emprego da densidade urbana na relação entre a qualidade e capacidade do espaço.

No debate atual acerca do desenvolvimento das cidades repousa entre os discursos favoráveis a cidade compacta, preponderante nas pesquisas acadêmicas, e a cidade de baixa densidade. Para Berghauser Pont e Haupt (2009), o conceito de densidade passou a adquirir tanto conotações descritivas como prescritivas, haja vista que a densidade tem sido empregada com frequência para descrever os problemas da cidade (tão densa há um século e tão dispersa hoje), como também atuando nas formulações, por vezes, de densidades máximas, outras como densidades mínimas.

Nisso, a densidade urbana passou a ser um indicador necessário no exercício de planejamento e gestão urbana, uma vez que a densidade potencializa a remodelação do território, revigoriza centros existentes, ordena os usos e equipamentos, potencializa a infraestrutura (públicos e privados), reduz o distanciamento do uso pela população dos transportes e serviços, como enfatiza Philippe Panerai (2008).



Para Bastista (2011), a alta densidade pode intensificar a urbanidade, uma vez que a mesma seja pautada na perspectiva de mistura de usos, mobilidade e centralidade, com vista impulsionar o agrupamento de atividades e pessoas numa mesma área, o que irá beneficiar na qualidade de vida social. Nessa mesma linha de pensamento, Rogers (2014) argumenta favoravelmente a cidade compacta, policêntrica, com atividades mistas e concentradas, interligadas por sistemas de transporte coletivo de alta velocidade, o que visaria um aumento nas oportunidades sociais. A partir dessa perspectiva, a densidade urbana passa a ter um papel medular no empenho por um equilíbrio no desenvolvimento e a qualidade das cidades.

Na contramão desse entendimento, Nucci (2008) frisa que o aumento da densidade urbana ocasiona a perda da qualidade ambiental. Para esse autor, o adensamento construído e populacional reflete em problemas como congestionamento nas vias, escassez de espaços livres para lazer, alteração na dinâmica dos ventos, obsolescência da infraestrutura e entre outros. Chegar a um índice ideal para a densidade não é uma tarefa fácil, no entanto, o autor argumentar favoravelmente em desenvolver cenários para um índice de densidade (padrão recomendável), sendo um meio necessário para o desenvolvimento do meio urbano, e com isso limitar a dispersão urbana.

No Brasil, exemplo de país onde o ritmo diferenciado da urbanização gerou um crescimento urbano disperso e ineficiente, e que tem provocado o agravamento socioeconômico e ambiental das cidades, a densidade urbana apresenta-se como importante indicador e parâmetro para o planejamento e a gestão urbana, pois, acredita-se que a densidade pode potencializar o desenvolvimento das cidades de forma mais próspera, como explica Cunha (1964).

No caso brasileiro, o crescimento demográfico desalinhado do planejamento urbano promoveu espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas brasileiras. Segundo o IBGE (2017), essa diferenciação gerou áreas nas cidades com características econômicas e sociais distintas, que são promovidas, dentre elas, pela valorização de espaços para habitação ou para a execução de atividades econômicas. Com isso, a cidade passa a ter espaços dedicados a algum tipo de serviços, bairros residenciais ou subcentros, que se diferenciam no tecido urbano e impulsiona uma urbanização dispersa. Cunha (1964) explica que,



O desenvolvimento e o bem-estar num determinado território são em larga medida, consequência de uma cobertura demográfica equilibrada, com o correspondente apetrechamento em construções. A densidade de ocupação do solo, nas suas várias modalidades, constitui, por esse facto, um elemento fundamental a considerar no planeamento urbano (CUNHA, 1964, p.199).

Nesse sentido, a densidade urbana vem de encontro à dispersão urbana, ou *urban sprawl*, que tem promovido um crescimento impróprio às cidades. Conforme Limonad (2007, p.40), na medida em que diversos graus e intensidades de ocupação do solo urbano efetivaram variadas formas de crescimento das cidades, a ampliação descontínua da malha urbana gera “uma crescente voracidade de consumo do espaço socialmente produzido e dos recursos naturais”.

E isso tem implicado em um crescimento urbano fragmentado que eleva os custos da implantação da infraestrutura, redução das áreas verdes e em um progressivo aumento da periferização urbana. Esta por sua vez, produz um espaço urbano segregado, onde a população mais pobre é levada a ocupar terras nos espaços mais afastadas da cidade ou ter acesso a elas por meio de invasões a espaços localizados próximos ao centro, pelo fato de lá se encontrar as maiores disponibilidades de empregos, serviços, escolas e dentre outros serviços urbanos (PAVIANI, 1987).

Em consequência, a periferização urbana ocasiona um crescimento urbano fragmentado que promove a ocupação de área ambientalmente vulneráveis e a fixação da população nas áreas periurbanas, que no decorrer dos anos faz com que o perímetro da cidade modifique-se em função da incorporação de novas terras. E isso reflete em um crescimento desordenado da cidade, na qual promove um espaço urbano de baixa densidade e oneroso para a gestão municipal.

Ojima (2007, p.48) afirma que o espaço fragmentado das cidades evidencia um “descompasso entre o crescimento populacional e a expansão física do espaço urbano”, revelando um processo de organização espacial pautada em baixas densidades e uma periferia expansiva, que ocasionalmente extrapola os limites urbanos definidos pelo poder municipal. Com isso, tem ocasionado problemas de deslocamentos diários, segregação socioespacial, com um padrão de consumo de espaço diferenciado e uma degradação ambiental devido ao uso descontrolado do solo urbano.



Desse modo, a densidade urbana vem como resposta contra a dispersão urbana e articulada com uma proposta de formas urbanas mais sustentáveis, na qual pode influenciar positivamente na construção de cidades de forma significativa na área da saúde, meio ambiente e no processo de desenvolvimento humano. No entanto, vale considerar a ressalva de Churchman (1999), ao enfatizar a complexidade do conceito de densidade, em face as diferentes abordagens usadas em distintos países. O autor destaca que grande parte da preocupação com a densidade no exercício do planejamento urbano está relacionada com os debates sobre as altas e baixas densidades, contudo, expõe visualmente sua argumentação a favor das densidades mais altas, desde que levada em consideração às necessidades de cada país, região ou cidade.

De acordo com Acioly Jr. e Davidson (1998, p.16) a densidade urbana é um referencial substancial no momento de avaliar tecnicamente e financeiramente a distribuição e consumo do uso e ocupação da terra urbana, da infraestrutura e dos serviços públicos. Segundo os autores, os especialistas vêm admitindo que, “quando maior a densidade, melhor será a utilização e maximização da infraestrutura e solo urbano”, contudo ressaltam a atenção para as altas densidades, acima do planejado, que criam problemas de congestão, saturação das redes de infraestrutura e ineficiência urbanas.

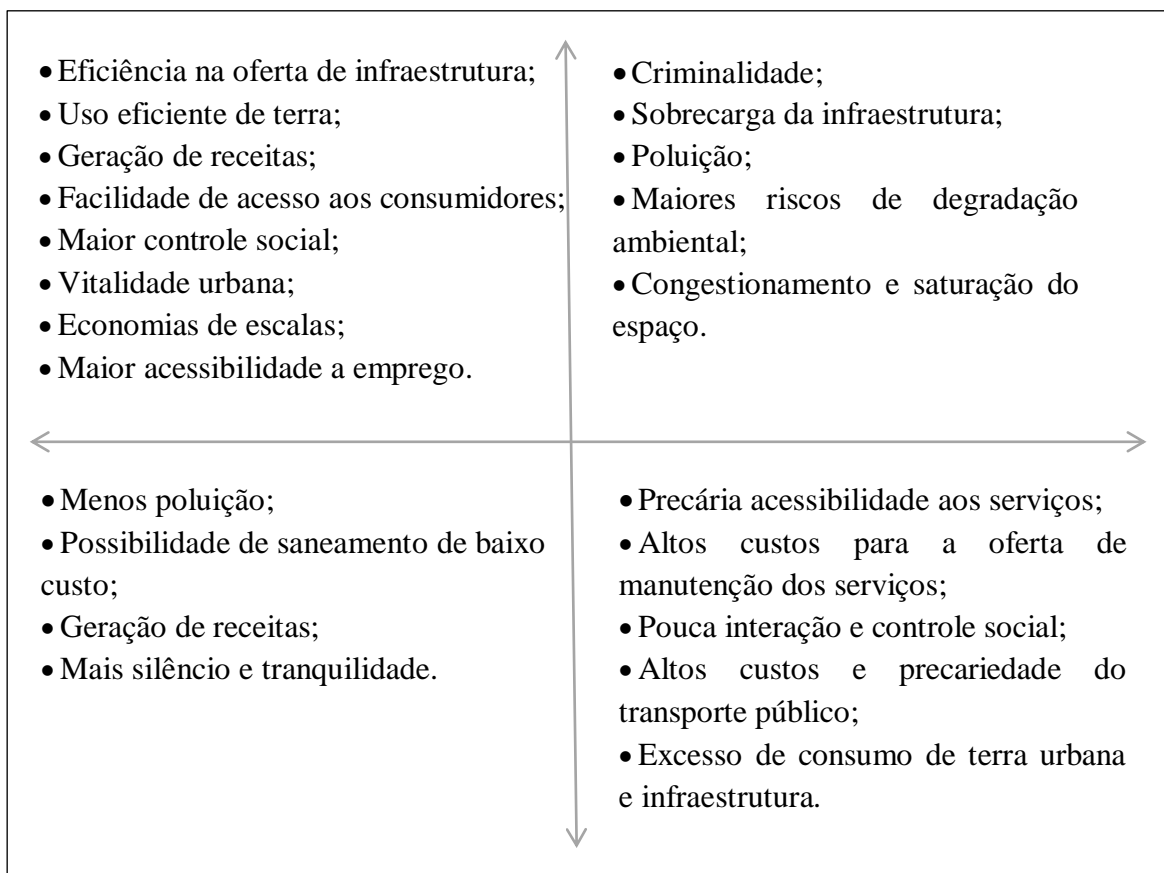
Dessarte, tendo a densidade como instrumento de planejamento e gestão urbana, Acioly Jr. e Davidson (1998) elencam as vantagens e desvantagens da baixa e alta densidade urbana (Quadro 1).



Quadro 1 - As vantagens e desvantagens da baixa e alta densidade.

ALTA DENSIDADE

V
A
N
T
A
G
E
N
S



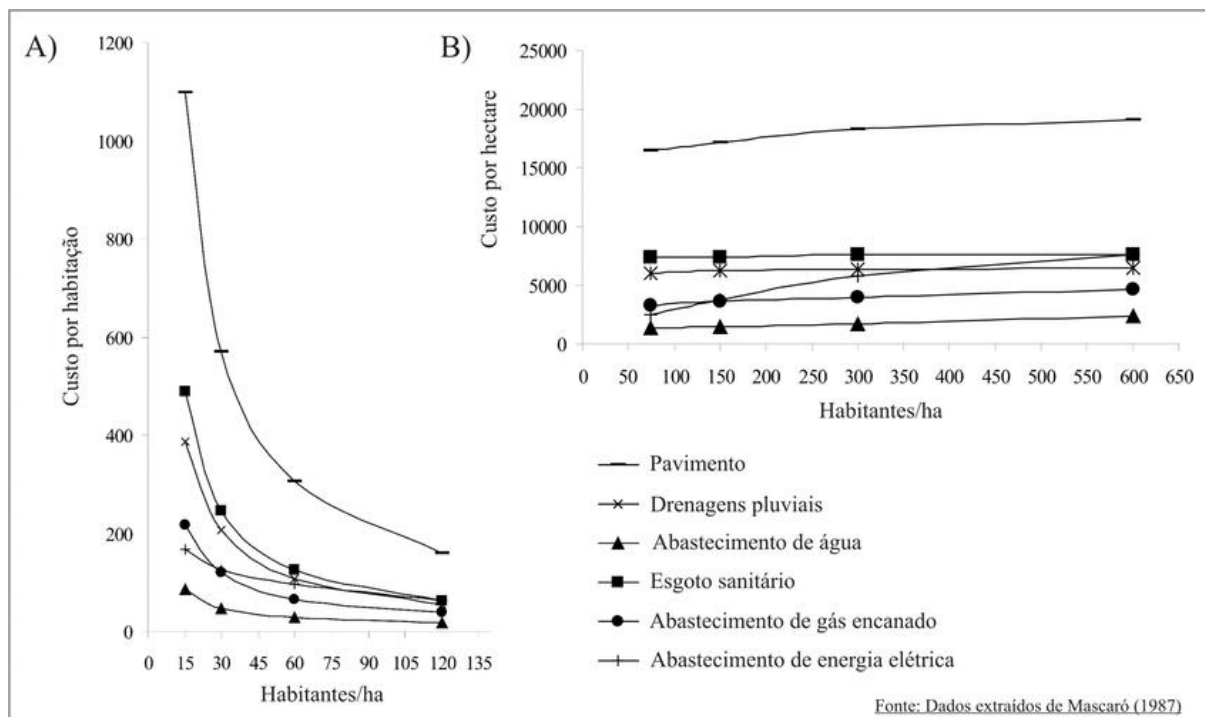
D
E
S
V
A
N
T
A
G
E
N
S

BAIXA DENSIDADE

Fonte: Acioly Jr. e Davidson (1998).

Do ponto de vista da implantação da infraestrutura, Silva et al (2012) destaca que a análise da densidade é um importante instrumento no momento da execução das obras públicas, pois as áreas de baixa densidade, em muitos casos, são vistas como áreas menos prioritárias, em função do alto custo envolvido, diferentemente das áreas de alta densidade (Figura 1).

Figura 1 - Custo médio de implantação da infraestrutura em função a densidade em dólares. A) Custo por habitação; B) Custo por hectare.



Fonte: Silva et al. (2012).

Diante disso, Bazolli (2009) ressalta que o custo da urbanização e a densidade urbana apresenta papel relevante para administração e o planejamento das cidades, na medida em que a eficiência dos serviços urbanos deve ser norteadas para beneficiar a qualidade de vida da população.

No Brasil, em função do processo de desenvolvimento industrial tardio que promoveu a ampliação dos processos de modernização da industrialização e dos desdobramentos da urbanização, a configuração da organização urbana implicou em um modelo de urbanização dispersa. Representada por um crescimento de cidades de modo difuso que consome grandes áreas de terras distantes e pouco urbanizadas.

Para Ojima e Marandola Junior (2016), um dos maiores desafios para o atual planejamento urbano e regional brasileiro advém da dispersão urbana, que cada vez mais está presente em todas as regiões do país. E isso, vem contribuindo significativamente para o aumento dos problemas de gestão urbana, dentre eles os ambientais, habitacionais, da gestão e distribuição de serviços, produção de novas áreas de risco e mobilidade.



A busca pelo equilíbrio entre o crescimento econômico e os problemas sociais e ambientais resultante do crescimento urbano trouxe a luz esforços por um tamanho ótimo de cidade, presentes, por exemplo, nas características da cidade de Aristóteles (384-322 A.C), na cidade-jardim de Ebenezer Howard (1850-1928) ou na cidade radiosa de Le Corbusier (1887-1965). Na contemporaneidade, a forma da cidade desdobra-se em dois paradigmas: o da cidade dispersa e a cidade compacta.

O período pós-industrial intensificou os processos de urbanização em escala global, sendo determinante para o surgimento de inúmeras cidades e do aumento populacional nesses espaços; e em decorrência intensificou os problemas ambientais, sociais e econômicos. A frase aflita de Lewis Mumford: “A cidade desaparecerá ou o planeta inteiro se transformará num vasta colmeia urbana? – o que seria outra forma de desaparecimento” (MUMFORD, 1961), reflete bem esse momento e expõe a necessidade do desenvolvimento de cidades pautadas numa urbanização equilibrada.

No debate atual sobre a cidade contemporânea comumente fala-se em um ambiente ineficiente gerado pela expansão descontrolada e a fragmentação urbana, que tem oportunizado um caos urbano fomentado por altos índices de violência, favelização, segregação socioespacial, transporte público infrutífero e inúmeros impactos ambientais. Sabe-se que a forma física da cidade interfere diretamente no espaço construído, e por extensão, nos processos sociais, e com isso as interações numa estrutura urbana pouco sistêmica, fragmentada e espalhada propicia impasses à inclusão social e o desenvolvimento urbano (SILVEIRA, 2011).

Na literatura especializada sobre cidade, a discussão sobre o melhor modelo de orientação do crescimento urbano não é recente. Sabe-se que o tecido urbano pode ser influenciado pela concentração ou rarefação populacional, por um lado o apinhado de pessoas nas cidades não promove um espaço sustentável, porém, tampouco, o espalhamento causado pela suburbanização por meio do crescimento disperso.

Nas dinâmicas da cidade, a expansão urbana pode ocorrer de forma intensiva e extensiva resultando tanto no crescimento demográfico e/ou crescimento físico. Na forma intensiva a expansão urbana impulsiona o uso e a ocupação do solo, podendo ser de duas formas central ou periférico. A forma central de expansão é representada pela alta densidade ocupacional em centros urbanos, onde a ocupação do solo acontece por meio da verticalização, fragmentação ou aumento das unidades residenciais. Na forma periférica, a expansão ocorre da mesma maneira que na central, no entanto, o



crescimento periférico acontece nas áreas periféricas da cidade (JAPIASSÚ E LINS, 2014).

Na forma extensiva, por sua vez, a ampliação do tecido urbano decorre por meio de cinco modelos: por dispersão urbana, pela soma de novas áreas à mancha urbana, tentacular e por anéis concêntricos. Apesar da existência de diversas formas de crescimento urbano, as cidades, no geral, costumam manifestar mais de uma forma de crescimento concomitantemente (JAPIASSÚ E LINS, 2014).

No âmbito da forma da cidade dois debates sobressaem, o da cidade dispersa e a compacta. Segundo Pescatori (2014), os discursos sobre cidade dispersa aparecem com maior ênfase na literatura, cujos estudos apontam como algo permanente e irreversível. Enquanto, que o paradigma de cidade compacta ainda demanda estudos numa perspectiva histórica. Dentre os estudos sobre dispersão urbana, a autora cita as contribuições de Javier Monclús, na Espanha, Francisco Indovina e Bernardo Secchi, na Itália, Nuno Portas e Álvaro Domingues, em Portugal, Edward Soja, Robert Fishman, nos Estados Unidos, Nestor Goulart Reis Filho, Roberto Montemór e Maria Encarnação Spósito Beltrão, no Brasil.

Em face dos problemas desencadeados pela urbanização dispersa, dentre eles a forma horizontalizada, espalhada e não compacta do tecido urbano, marcada pelo uso de diferentes usos do solo que exige um maior consumo de energia e recursos naturais, e a baixa densidade populacional que promove a periferação urbana, Pescatori (2014) cita também outro grupo de pesquisadores, que por meio de pesquisas empíricas questionam o paradigma de cidade dispersa e argumentam favoravelmente a ideia da cidade compacta, como: Richard Roges, Rod Burgess, Mike Jenks, na Inglaterra, Peter Newman e Jeffrey Kenworthy, na Austrália, Jan Gehl, na Dinamarca, Salvador Rueda, na Espanha, Henru Ascelrad, Marta Romero e Frederico Holanda, no Brasil.

O debate entre dispersão e compactação urbana fica mais intenso a partir do século XX, em decorrência dos altos índices de urbanização. No entanto, é no século XXI, em virtude dos graves problemas urbanos gerados pela suburbanização e periferação resultante da fragmentação das cidades, que ele torna-se mais acentuado e contrastante. No século XX, Lewis Mumford e Patrick Geddes defendiam formas urbanas mais coesas baseadas em um tamanho ideal de cidade, com definições dos limites físicos, espaciais e populacionais como modelo de cidade desejável. No início do século XXI, sob a ótica das questões ambientais, os debates de dispersão e



compactação passam a serem regidos pelos parâmetros e índices de impacto ambiental (PESCATORI, 2014).

A partir daí, a discussão favorável ao paradigma de cidade compacta ganha ênfase no final dos anos 1980, quando a ONU por meio do Relatório *Brundtland* e, posteriormente, através da elaboração da Agenda 21, considerando as questões da degradação ambiental e mudanças climáticas abordadas nas décadas de 1960/70 impulsiona os debates sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, na qual identificaram as cidades e o processo desordenado de urbanização como fatores determinantes para os problemas ambientais em escala mundial (PESCATORI, 2014).

Nesse sentido, o desenvolvimento de cidades compactas com densidade geralmente altas pode proporcionar um maior equilíbrio no desenvolvimento urbano. Proporcionando maior eficiência no transporte, no aproveitamento do espaço para as construções, menores desmatamentos, igualdade social e entre outros benefícios. Vale ressaltar que cidades compactas e com altas densidades requer um planejamento urbano com iniciativas que conciliem o desenvolvimento econômico e social sem comprometer a sustentabilidade ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dispersão espacial da população brasileira que aconteceu a partir da década de 1970 teve como fatores indutores a desconcentração industrial, a mobilidade da fronteira agrícola e os investimentos em infraestrutura no interior do Brasil. Assim, foi possível expandir as atividades modernas por todo o território nacional, em destaque para as cidades médias.

Conforme Andrade e Serra (2001), o período 1970/91 já apontava para uma tendência bem marcada do papel das cidades médias no crescimento populacional do país. Com destaque para o crescimento das cidades médias pertencentes às regiões metropolitanas, sendo estas a porta de entrada dos grandes fluxos migratórios rural-urbano desde a década de 1950, e que desempenhou funções estratégicas na política nacional de desenvolvimento urbano nos anos de 1970 e 1980.

Já na década de 1990 houve um crescimento populacional de menor intensidade às cidades médias metropolitanas, cuja população, incapaz de arcar com as elevadas

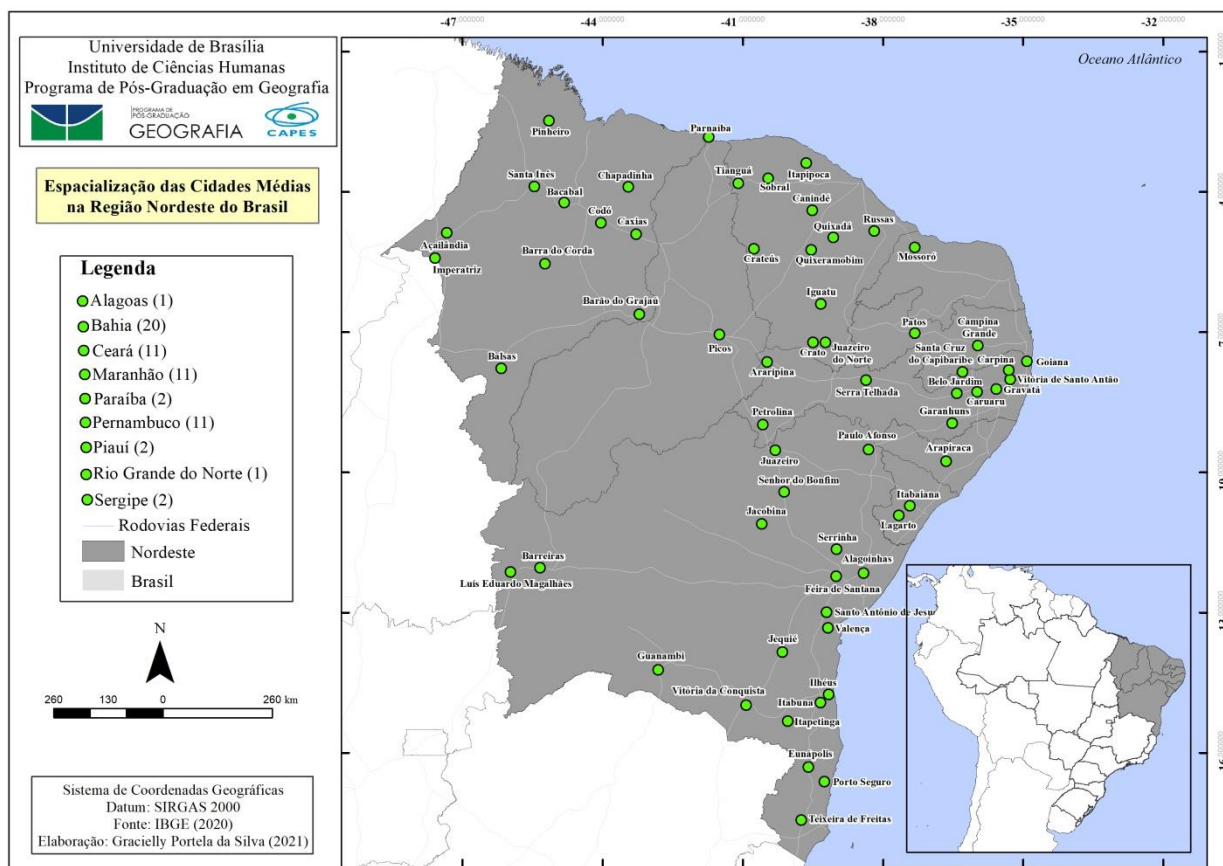


rendas fundiárias, passou a buscar novos deslocamentos, vindo a se fixar em municípios periféricos (ANDRANDE E SERRA, 2001).

Com isso, as últimas décadas demonstram que as cidades médias não metropolitanas passaram a exercer grande poder da atração de fluxos migratórios, podendo, algumas delas, obterem estágio submetropolitano dependendo das dinâmicas de cada região brasileira, razão esta que vem contribuindo para a contenção de fluxo migratório para os grandes centros urbanos (STAMM et al, 2013).

No recorte populacional proposta por essa pesquisa, que são cidades médias entre 75 e 700 mil/habitantes, é pertencente à região Nordeste um número de 61 cidades (Figura 2). Estas cidades, para fins de estudos, foram agrupadas em cidades que fazem parte de arranjos populacionais e cidade “isoladas”, que são aquelas que não formam núcleos metropolitanos.

Figura 2 – Mapa de distribuição das cidades médias nordestinas.



Fonte: IBGE (2020). Elaborado pela autora.



A dinâmica populacional do Nordeste brasileiro, dos últimos censos, evidencia que as cidades médias têm cumprido seu “papel de dique” e, com isso, reduzidas taxas de migração para os grandes centros urbanos de outras regiões. Contribuindo decisoriamente para o crescimento populacional, e conseqüentemente para as crescentes taxas de densidade demográfica no interior dos estados. Em termos de densidade demográfica, de acordo com os últimos censos do IBGE, o Nordeste é a terceira região mais densa do país (Tabela 1), ficando atrás apenas das regiões Sudeste e Sul, respectivamente.

Tabela 1 – Densidade demográfica das regiões brasileiras nos Censos Demográficos – 1872 – 2010.

Regiões	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Norte	0.09	0.12	0.18	0.37	0.42	0.53	0.76	1.09	1.76	2.66	3.35	4.12
Nordeste	2.99	3.86	4.34	7.24	9.29	11.57	14.43	18.45	22.79	27.33	30.69	34.15
Sudeste	4.34	6.60	8.46	14.77	19.84	24.39	33.60	43.62	56.87	67.77	78.20	86.92
Sul	1.25	2.48	3.12	6.14	9.95	13.61	20.64	28.95	33.63	38.38	43.54	48.58
Centro-Oeste	0.14	0.20	0.23	0.47	0.68	0.95	1.67	2.88	4.36	5.86	7.23	8.75
Brasil	1.17	1.68	2.05	3.60	4.84	6.10	8.34	11.10	14.23	17.26	19.92	22.43

Fonte: Fonte: IBGE – Censos Demográficos – 1872 a 2010.

Com resultado do processo de desconcentração dos grandes centros urbanos em face da diminuição da migração populacional e do aumento do alcance regional vivenciada pelas cidades médias, principalmente a partir do ano de 2000, ocasionou-se o crescimento dos centros e subcentros regionais mediante o melhoramento da oferta de trabalho e qualidade de vida da população desse grupo de cidades (Tabela 2).

Tabela 2 – Demonstrativo das cidades médias nordestinas e o seu crescimento populacional entre os anos de 2010 e 2020.

UF	Município	Pop. 2010	Pop. 2020	PIB 2018
MA	Açailândia	104.047	131.121	2.602.791
MA	Bacabal	100.014	104.790	1.138.528
MA	Balsas	83.528	95.929	3.457.728
MA	Barão de Grajaú	17.841	18.924	207.520
MA	Barra do Corda	82.830	88.492	723.386
MA	Caxias	155.129	165.525	1.814.096
MA	Chapadinha	73.350	80.195	712.071
MA	Codó	118.038	123.116	963.180
MA	Imperatriz	247.505	259.337	7.126.746



MA	Pinheiro	78.162	83.777	827.467
MA	Santa Inês	77.282	89.489	1.292.824
PI	Parnaíba	145.705	153.482	2.322.827
PI	Picos	73.414	78.431	1.516.822
CE	Canindé	74.473	77.244	632.734
CE	Crateús	72.812	75.159	682.761
CE	Crato	121.428	133.031	1.348.194
CE	Iguatu	96.495	103.074	1.613.278
CE	Itapipoca	116.065	130.539	1.648.264
CE	Juazeiro do Norte	249.939	276.264	4.820.056
CE	Quixadá	80.604	88.321	1.039.104
CE	Quixeramobim	71.887	81.778	1.061.279
CE	Russas	69.833	78.882	1.099.783
CE	Sobral	188.233	210.711	4.774.447
CE	Tianguá	68.892	76.537	1.312.235
RN	Mossoró	259.815	300.618	6.524.083
PB	Campina Grande	385.213	411.807	9.202.289
PB	Patos	100.674	108.192	1.734.012
PE	Araripina	77.302	84.864	1.032.602
PE	Belo Jardim	72.432	76.687	1.883.329
PE	Carpina	74.858	84.395	1.447.601
PE	Caruaru	314.912	365.278	7.147.526
PE	Garanhuns	129.408	140.577	2.441.309
PE	Goiana	75.644	80.055	9.226.545
PE	Gravatá	76.458	84.699	1.124.665
PE	Petrolina	293.962	354.317	6.686.658
PE	Santa Cruz do Capibaribe	87.582	109.897	1.511.868
PE	Serra Talhada	79.232	86.915	1.373.040
PE	Vitória de Santo Antão	129.974	139.583	3.718.817
AL	Arapiraca	214.006	233.047	4.467.590
SE	Itabaiana	86.967	96.142	1.801.159
SE	Lagarto	94.861	105.221	1.474.880
BA	Alagoinhas	141.949	152.327	3.962.802
BA	Barreiras	137.427	156.975	4.744.486
BA	Eunápolis	100.196	114.396	2.890.519
BA	Feira de Santana	556.642	619.609	14.683.080
BA	Guanambi	78.833	84.928	1.340.984
BA	Ilhéus	184.236	159.923	4.257.765
BA	Itabuna	204.667	213.685	4.081.367
BA	Itapetinga	68.273	76.795	1.077.098
BA	Jacobina	79.247	80.635	1.385.788
BA	Jequié	151.895	156.126	2.631.036
BA	Juazeiro	197.965	218.162	4.095.394
BA	Luís Eduardo Magalhães	60.105	90.162	6.184.173
BA	Paulo Afonso	108.396	118.516	3.478.057
BA	Porto Seguro	126.929	150.658	3.125.716
BA	Santo Antônio de Jesus	90.985	102.380	2.176.014
BA	Senhor do Bonfim	74.419	79.424	873.476
BA	Serrinha	76.762	81.286	869.567



BA	Teixeira de Freitas	138.341	162.438	2.585.821
BA	Valença	88.673	97.233	1.454.682
BA	Vitória da Conquista	306.866	341.128	7.035.610

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010; IPEA, 2021. Organização da autora.

Para Motta e Mata (2008), a importância das cidades médias encontra-se no fato delas possuírem uma dinâmica econômica e demográfica própria, revelando-se como espaços privilegiados pela oferta de serviços qualificados e bem-estar. Razão esta que tem promovido um maior crescimento do PIB do que outras cidades do Brasil.

Ainda segundo os autores, o crescimento econômico aliado ao crescimento populacional promove o aumento da taxa de urbanização. Nas cidades médias isso vem contribuindo no desenvolvimento urbano regional graças ao poder de atração dessas cidades em novos investimentos empresariais. Nelas evidenciou-se um crescimento mais elevado das atividades urbanas (setores secundário e terciário), em detrimento do desenvolvimento das atividades relacionadas ao setor agropecuário nos últimos três Censos Demográficos do IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo discutir a densidade urbana como um indicativo ao melhor desenvolvimento do exercício de planejamento urbano e gestão das cidades, uma vez que a dispersão urbana promove cidades cada vez mais dispendiosas de altos investimentos em infraestrutura. Na geografia esse tema é tratado a partir do debate dos processos espaciais que atuam na organização das cidades geradas pela estrutura socioeconômica.

Posteriormente, debate-se a questão do melhor modelo de crescimento urbano: a dispersa ou a compacta. Sabe-se que ainda não há um consenso na literatura especializada que a cidade compacta seja a mais ideal, porém políticas recentes de planejamento apontam como tendência o desenvolvimento de cidade cada vez mais compacta, com altas densidades, moradias verticalizadas e redução do uso do solo de forma exagerada.

Por fim, abordou a importância da densidade urbana no desenvolvimento das cidades, com destaque para as cidades médias. Cidades estas, que nas últimas décadas tem recebido grande destaque para o desenvolvimento urbano-regional e, com isso, tem



sido alvos constante de migrações e investimento em infraestrutura e de atividades econômicas.

A pesquisa demonstrou que há uma tendência de adensamento das cidades médias nordestinas, porém suas densidades ainda não se assemelham as densidades dos grandes centros urbanos. No entanto, o crescimento das cidades médias nordestinas tem apresentando um crescimento maior do que o Nordeste, em face da contenção das migrações e da promoção e expansão da infraestrutura e da produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Nesse contexto, as cidades médias do Nordeste têm ganhado relevância no cenário nacional devido seu grande potencial de expansão, densificação e desenvolvimento urbano que vem permitindo um maior equilíbrio regional e um desempenho efetivo para a consolidação da rede urbana brasileira mediante a ampliação das relações socioespaciais.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana e gestão urbana**. Ed. Mauad, Rio de Janeiro, 1998.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R.V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 129-169.

BAPTISTA, José Filipe dos Santos. **Densidade e forma urbana**: a densidade enquanto fator potencializador de urbanidade. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 2011. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

BAZOLLI, João Aparecido. Os efeitos dos vazios urbanos no custo de urbanização da cidade de Palmas – TO. IN: **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 7, n. 1, p.103-123, 2009

BERGHAUSER PONT, Meta; HAUPT, Per. **Space, Density and Urban Form**. Delt: Technische Universiteit Delft, 2009.

CHURCHMAN, Arza. Disentangling the concept of density. IN: **Journal of Planning Literature**. 1999, v.13, n.4, p. 390-410. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/235357847_Disentangling_the_Concept_of_Density> Acesso em 15 Out 2017.



CUNHA, Luiz. Densidade de ocupação do solo e planejamento urbano. **Análise social** – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. vol. II, n. 6, 1964, p.199-123. Disponível em:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224162116F0aLH6qb5Uq88WD9.pdf>.
Acesso em 14 de Outubro de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira. LINS, Regina Dulce Barbosa. As diferentes formas de expansão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 02, n. 13, 2014.

LIMOND, Ester. **Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?** Revista Formação, n. 14, v. 1, p.31-45, 2007.

MOTTA, Diana; MATA, Daniel da. **Crescimento das cidades médias**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

MUMFORD, L. (1961). **The city in history: its origins, its transformations, and its prospects**. New York: Harcourt, Brace & World.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem ao distrito de Santa Cecília (MSP). Curitiba, 2008.

OJIMA, Ricardo. **Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? Os conceitos de urban sprawl e os desafios para o planejamento regional e ambiental**. Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo (org.). **Dispersão urbana e mobilidade populacional**: implicações para o planejamento urbano e regional. São Paulo: Blücher, 2016.

PANERAI, Phillippe. **Paris Métropole** – Formes et échelles du Grande-Paris. Paris. Éditions La Villette, 2008.

PAVIANI, Aldo. Processo de Periferização e Pobreza Urbana – uma abordagem. Boletim de Geografia Teórica. **I Encontro de Geógrafos da América Latina**, 1986-1987, p.217-225.

PESCATORI, Carolina. **O paradigma da cidade compacta no debate urbanístico contemporâneo**. In: VI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, 2014, Barcelona. VI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. Barcelona, 2014. p. 93-93. Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/15978/068_BCN_Pescatori_Carolina.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de Outubro de 2019.



ROGERS, Richard. **Cidade para um pequeno planeta**. 1997. Trad. De Anita Regina Di Marco. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

SILVA, Ana Paula da; MORATO, Rúbia Gomes; KAWAKUBO, Fernando Shinji. Mapeamento da distribuição espacial da população utilizando o método dasimétrico: exemplo de caso no sudeste do Brasil. IN: **Revista Brasileira de Geografia Física**. v. 06, n.01, 2012.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. Desordem na cidade? Controvérsias sobre o “caos urbano” e das possibilidades de administrá-lo. **Vitruvius**. 134.06, 12 de Set, 2011.

STAMM, Cristiano; STADUTO, Jefferson Andronio Raimundo; LIMA, Jandir Ferreira de.; WADI, Yonissa Martitt. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. In: **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, Jul-Dez, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122013000200011> Acesso em 05 de Nov de 2019.